

# O "ESPÍRITO PÚBLICO" E A REFORMA UNIVERSITÁRIA

Wolfgang Leo Maar

Professor Titular de Filosofia do Centro de Educação e Ciências Humanas da UFSCar



*As políticas hoje sob o manto geral da “reforma universitária” podem ser exemplo de um modelo não fiscalista e não mercantilizado de exercício do poder público. Mas podem também sinalizar a continuidade da subordinação à lógica mercantil vigente. A discussão por ora se concentra no “espírito”, isto é, na lógica a orientar esta reforma universitária. Prioritário é desenvolver uma tendência de publicização do sistema universitário, contrapondo-se enfaticamente à contra-reforma privatizante do movimento de mercantilização quase total implementado no governo do professor Cardoso. O “espírito” privatista e a sua lógica mercantil devem ser desmercantilizados. Isto é, devem ser subordinados a controle público, tanto no plano decisório, quanto no plano operacional. A mercantilização é externa e interna e afeta fundamentalmente o próprio fazer formativo, científico e cultural. Afeta a estrutura e organização da universidade como trabalhador intelectual coletivo, desvirtuando sua perspectiva popular pública. Afeta também a estrutura pública de fomento de ciência e cultura e a própria esfera de decisão estratégica do desenvolvimento científico. A questão colocada é: até que ponto as medidas políticas anunciadas e a serem ainda desenvolvidas vão nesta direção?*

## **I Resposta à pergunta: O que é público?**

A questão primordial em relação à reforma universitária — aliás, em relação a todas as reformas: previdenciária, política, trabalhista etc. — é a discussão do *prisma das reformas* no país hoje. Não basta pregar reformas abstratamente: importa delimitar a *perspectiva*, o ponto de vista social que rege a sua efetivação prática. Cabe explicitar sua “lógica”. O “como” social

das reformas, as formas sociais da organização social, também são políticas, tanto quanto são políticas as próprias reformas, o “que” da organização propriamente dita.

A questão pode ser exemplificada quando aplicada à realidade da organização do trabalho. Os trabalhadores podem se organizar muito bem por uma perspectiva estranha à sua autonomia, avessa ao controle da produção social por seus produtores e conforme uma apropriação privada não apenas

dos produtos, mas do processo produtivo. De outro lado, podem se organizar de modo crítico em relação a esta perspectiva acumuladora, que aliena seu poder; neste último caso estariam se organizando segundo uma perspectiva crítica, orientada pelo prisma da autonomia do trabalho dos produtores diretos e sob mecanismos de controle público popular.

Esta questão da perspectiva ou do caráter social das reformas se destaca sobretudo hoje em dia, com

o governo liderado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), quando a perspectiva popular pelo ponto de vista do trabalho, pelo ponto de vista crítico em relação à estrita inserção no desenvolvimento mundializado da acumulação, constituiu-se em uma referência fundamental de análise. O próprio PT, afinal, se desenvolveu não como agremiação *para* os trabalhadores, nem como congregação *dos* trabalhadores, mas como partido político *de e para* os trabalhadores conforme a *perspectiva* da autonomia do trabalho em relação ao prisma da acumulação capitalista. Isto é, pela perspectiva crítica ao ponto de vista da estrita correspondência à normatividade do mercado e à lógica da acumulação em todas as dimensões da vida em sociedade.

A universidade — nos termos em que a apreendemos, como esfera pública organizada enquanto trabalho intelectual coletivo, formativo, cultural e científico — constitui uma oportunidade ímpar para o exercício deste debate da perspectiva sócio-econômica das reformas. A configuração histórica da universidade em nosso país se constituiu como esfera pública crítica pautada numa forte dimensão autônoma do processo coletivo de produção dos trabalhadores intelectuais, em relação à inserção institucional adequada estritamente à continuidade da reprodução social vigente. As assim geradas *contradições da universidade* constituem o elemento dinâmico dos movimentos de reforma universitária com

que nos defrontamos, em particular desde meados do século XX. Em resumo pode-se afirmar que se consolidou historicamente no Brasil um modelo de universidade como esfera pública crítica pela perspectiva autônoma do trabalhador intelectual coletivo sob certos mecanismos de controle público popular.

Deparamo-nos atualmente com um avançado estágio de um processo de universalização hegemônica de formas sociais estritamente mercantilizadas de organização universitária, ou seja, de organização do trabalhador coletivo intelectual, científico e cultural. Esta situação decorre de um movimen-

***A questão central e prioritária de uma reforma é a questão do papel sócio-político do que entendemos como universidade, mediante e a partir das suas possibilidades e da sua inserção institucional***

to reformista que constitui de fato uma *contra-reforma* em relação ao próprio dinamismo autônomo da instituição universitária. Tal *contra-reforma* avançou com as iniciativas do regime militar, mas esta primeira etapa não se impôs plenamente frente ao dinamismo autônomo da coletividade do trabalho intelectual, que demonstrou grande vitalidade a partir de meados da década de setenta do século passado até o final da década de oitenta. Desenvolveu-se a partir deste momento a finalização da *contra-reforma*: o movimento que conduziu ao quadro

atual, particularmente centrado num processo de privatização jamais visto antes em nosso país no âmbito da organização coletiva da produção social. Este movimento de *contra-reforma* conservadora é permanentemente reforçado.

A universidade concreta é uma construção social constituída no quadro de forças acima delimitado, que participa do processo de reprodução da sociedade como um todo. Não há a rigor uma universidade avassalada, silenciada ou qualquer outra denominação semelhante. Não se trata de modelos ideais não realizados. Pode-se apreendê-la como “em ruínas”, ou “em crise”, unicamente no sentido em que se imagina uma tendência social de possível enquadramento unilateral de uma universidade cuja contradição essencial faculta o confronto de perspectivas entre capital e trabalho social autônomo. A universidade é uma contradição em processo. De um lado pretende-se organizar em seu âmbito a produção formativa científica de modo a facultar o máximo de desenvolvimento social. De outra parte desenvolve-se no âmbito de sua produção social, nos termos da autonomia necessária a esta produção social de ciência e formação, um conflito permanente com os critérios produtivistas assim desencadeados pela destinação social da universidade.

Nestes termos é preciso aliar a contribuição da universidade para o desenvolvimento econômico da sociedade à sua contribuição simultâ-

nea como crítica, como encenação permanente das contradições desta inserção, encenação necessária para balizar o que sem ela seria a estrita dimensão produtivista.

## **II. Decifrando a universidade como construção social vigente**

A inexistência de uma concepção clara quanto à relevância do papel da ciência e da cultura, do espaço da instituição universitária e da função da formação científica e cultural no processo de reprodução da sociedade e, portanto, no desenvolvimento sócio-econômico, condena qualquer projeto de reforma universitária a ser inócuo e retórico.

Por outro lado (e é isto que importa) o tipo de reforma universitária que resulta das políticas públicas, na prática, explicita justamente o papel de ciência, cultura e universidade no processo de reprodução social vigente conforme a orientação política dada.

Este constitui sem dúvida o prisma fundamental para qualquer análise acerca das políticas para o ensino superior e de qualquer questão envolvendo uma reforma universitária.

Examinada segundo esta via, a questão central e prioritária de uma reforma é a questão do *papel sócio-político* do que entendemos como *universidade* mediante e a partir das suas possibilidades e da sua inserção institucional.

De um modo geral, no que se

refere à universidade, a orientação política dos últimos anos (não só dos oito anos presididos pelo professor universitário Cardoso, mas praticamente de todo o período desde o golpe de 1964), consistiu num embate em torno de sua função sócio-política. A pergunta hoje é: qual o papel da universidade numa reprodução social centrada progressivamente em ganhos da financeirização, como verificado nos últimos anos, que levaram até mesmo a uma transformação no perfil das próprias elites nacionais?

*O chamado segundo período do governo do professor Cardoso foi particularmente eficaz na consolidação da reconstrução mercantil-fiscalista da universidade. O resultado é que as políticas do Banco Mundial já não significam apenas uma orientação externa, mas foram absorvidas enquanto medidas de avaliação e critérios de auto-identificação no seio do “espírito” universitário*

Há duas respostas, conforme a continuidade ou a mudança neste processo de reprodução social.

O período de 1964 até hoje pode ser resumido (e voltaremos ao assunto a seguir) como um movimento de mercantilização da universidade, que precisa ser exposto em suas duas vertentes fundamentais.<sup>1</sup>

1. Em primeiro lugar, a própria mercantilização resultante significa que houve uma orientação do significado sócio-político da universidade para o âmbito

da prática mercantil. Ou seja, sua contenção no plano restrito das atividades econômicas cercadas pelo mercado de todos os lados. Isto é, em outras palavras, a redução da função sócio-política à extensão do processo de acumulação como núcleo da reprodução social. Em consequência disto, por exemplo, sua função crítica foi minada e sua produção formativa e científica pensada exclusivamente quanto à sua adequação à sua inserção no processo de desenvolvimento estribado estritamente na acumulação capitalista.

2. Em segundo lugar, este primeiro movimento referido acima só pode se efetivar e é realizado pela delimitação da atividade intelectual, científica e formativa — que constitui a essência da contribuição da universidade na sua relação social — ao campo do ideário economicista e de seus critérios. Mas a própria universidade não apenas foi inserida num contexto determinado.

Além disto, a universidade seria institucionalmente e academicamente enquadrada, seja enquanto estrutura, seja enquanto perfil moldado para seus docentes, pesquisadores, técnicos e estudantes.

Em síntese, seria possível afirmar que está em curso um movimento de progressiva *mercantilização em duas frentes*, isto é, nos planos externo (destinação privada, seja de lucros nas universidades privadas, seja de orientação da formação e da pesquisa, nas universidades públicas esta-



tais) e interno (orientação mercantil e privatista da atividade docente e de pesquisa: ausência de carreira docente e de colegiados de controle e direção nas instituições privadas e esvaziamento progressivo de ambos, carreira e colegiados, nas públicas, nestas em nexos com a proliferação das fundações e seus mecanismos de operação e fomento, inclusive o ensino pago).

Há uma privatização externa e interna à realidade universitária institucional e o mais importante é examinar a *articulação entre ambas*.

Esta articulação tem como denominador comum a universalização de uma perspectiva fiscalista-economicista centrada numa apreensão da universidade conforme os moldes exclusivos da socialização capitalista contemporânea no Brasil.

A mercantilização dos produtos não seria possível nem sustentável a médio prazo sem a correspondente *generalização do prisma mercantil no próprio âmbito da atividade formativa, técnica, científica e cultural*.

Especialmente o chamado segundo período do governo do professor Cardoso foi particularmente eficaz na consolidação desta *reconstrução mercantil-fiscalista* da instituição, em seu âmago produtivo. O resultado deste período é que as políticas do Banco Mundial já não significam unicamente uma orientação externa, mas foram absorvidas enquanto medidas de avaliação e critérios de auto-identi-

ficação no seio do que —correndo o risco de ser impreciso e até saudosista — se poderia denominar “espírito” universitário.

As medidas oriundas do BID, em sua receita de privatização explicitada em 1996 em *La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia*, agora estão encarnadas no “espírito privado” que infesta a própria estrutura universitária estatal, para nem falar nas instituições privadas de ensino superior. Neste “espírito” privatizado se enumeram: autonomia acadêmica castrada e

plano decisório dos colegiados por atividades meramente gerenciais, subordinação envergonhada pura e simples à prestação de serviços comunitários etc.

Ora: a universidade se desenvolve em nexos com a esfera da produção do trabalho intelectual e desenvolve padrões de trabalho coletivo e de controle público desse trabalho a partir da autonomia dos próprios produtores intelectuais, padrões que são deste modo críticos em relação à esfera produtiva capitalista. Na formação histórica da instituição universitária, isto resulta da origem mesma do trabalho intelectual universitário, primeiro em vinculação com a Igreja, e posteriormente num movimento contrário à ela — a laicização — que moldaria estruturas de produção que seriam também autônomas em relação à inserção da universidade na sociedade capitalista, particularmente a partir do fomento de ciência e tecnologia, quan-

do estas na sociedade (Alemanha do século XIX, por exemplo) não eram “naturalmente” estimuladas. Este quadro moldou o perfil das universidades tal como o conhecemos hoje.

A universidade se pauta em seu desenvolvimento justamente pela *contradição* — apreendida como núcleo dinâmico e não como condicionante a ser dissolvido — entre a mera utilização sócio-política e econômica de seus produtos numa sociedade instalada, de um la-

***Nosso sistema universitário de caráter público destaca-se e compete em igualdade com as melhores instituições universitárias. Resulta desta situação que a relação custo-benefício de nossas universidades é a melhor do mundo. Elas representam então no Brasil, ao contrário do que ocorre em muitos lugares, forças sociais críticas à perspectiva do capital***

aceita sem garantia de recursos, eficiência produtivista em moldes privados e inquestionável, debate sobre financiamento de pesquisa centrado na redistribuição de verbas escassas, passividade face à imposição de direcionamentos à pesquisa científica e cultural, auto-culpabilização de pesquisadores e docentes frente à deterioração das condições de trabalho, subordinação a padrões estritamente mercantilizados de produção científica e técnica, adoção voluntária de critérios tecnocráticos, abandono do

do, e a autonomia dos produtores intelectuais, assentada na esfera do trabalho coletivo autonomamente organizado, de outro.<sup>2</sup>

Ela é constituída mediante estruturas coletivas e públicas de organização do trabalho intelectual como moldes de e para um pensamento *negativo* em relação à mera continuidade vigente. A universidade assim se apresenta como uma *esfera pública crítica* em relação à sociedade capitalista vigente em sua orientação para a acumulação capitalista, *pautada na organização de um trabalhador coletivo* orientado de modo contraditório e crítico porque pautado *na perspectiva da autonomia dos produtores* nos termos de seu controle sobre o seu próprio processo de produção intelectual.

No Brasil basta rememorar os acontecimentos dos anos sessenta e o papel da universidade neste contexto como exemplos deste quadro. Todo o trajeto do golpe de 1964

até hoje em nosso país é marcado nestes termos como uma *contra-reforma* universitária.

A contra-reforma constituiu-se num movimento de contenção, de intervenção num movimento de dinamização universitária que avançou pelo país — e isto coloca o Brasil numa posição especial — de meados da década de 70 ao final da década de 80.

A luta democrática resultou no Brasil em um modelo exemplar de instituição estatal pública intrin-

secamente crítica em relação ao modelo social hegemônico. Não é verdade que a última reforma universitária foi a de 1969. Houve a reforma universitária feita na prática política, de que resultaram a eleição para reitor, a carreira docente, a valorização da dedicação exclusiva e da integração entre docência e pesquisa, a decisão e o controle mediante órgãos colegiados com composição democrática, a autonomia didática, o fortalecimento do ensino público e gratuito etc.<sup>3</sup> Grandes avanços da univer-

***Se mesmo no período em que, na ditadura, havia uma remuneração mais ou menos adequada ao trabalho intelectual, passaram a se desenvolver as fundações privadas (na USP, por exemplo), o estrangulamento salarial dos anos subseqüentes significou um estímulo gigantesco à proliferação destas fundações, que são os modos de organização heterônoma do trabalho coletivo intelectual***

sidade brasileira — neste sentido dotada de uma qualidade acadêmica que a torna única fora dos países desenvolvidos — se devem a esta tendência de *auto-reforma* universitária, conduzida em grande parte pela própria comunidade interna, em especial os docentes.

A mercantilização se sobrepõe ao trabalho coletivo organizado autonomamente, sendo essencialmente conflitante e contraditória com ele, nas formas em que este se consolidaria historicamente em

grande parcela das instituições universitárias.

Por isto não basta desfazer a contra-reforma, mas é preciso acompanhar as transformações profundas que são associadas a ela exatamente para garantir sua reprodução social. Cabe atentar como a contra-reforma se realiza passo a passo e se reproduz firmemente assentada nos efeitos deletérios da mercantilização sobre o âmago do trabalho acadêmico e de sua organização coletiva e autônoma pela perspectiva dos seus produtores. O reforçamento dos mecanismos democráticos decisórios e de controle, seja nos colegiados, seja nos grupos de pesquisa etc., precisa se somar aos esforços empreendidos com relação à inserção social.

Particularmente no Brasil, no entanto, existe um fator a mais, proveniente da inserção ambígua de nosso sistema universitário na formação social capitalista mundial. Somos ao

mesmo tempo um país em desenvolvimento, mas inserido no mundo desenvolvido com nosso sistema universitário de caráter público. Este se destaca e compete em igualdade com as melhores instituições universitárias. Resulta desta situação especial que atualmente *a relação custo-benefício de nossas universidades é a melhor do mundo*. Ciência e formação, em termos qualitativamente comparáveis, são muito pouco dispendiosas no Brasil em termos mundiais.



As universidades representam então no Brasil, ao contrário do que ocorre em muitos lugares e sustentadas pelas contradições do desenvolvimento capitalista, um potencial de auto-organização coletiva do trabalho social com um prisma crítico em relação ao movimento social dominante e hegemônico. As universidades, mormente as públicas estatais, mas, em último sentido, todas as que têm caráter público por estarem centradas numa produção autônoma do fazer formativo

científico e cultural, constituem forças sociais críticas.

No período da ditadura militar achou-se que a promoção das ciências naturais e das áreas técnicas, em detrimento das humanidades, poderia conter esta auto-organização com perspectiva social crítica do trabalho intelectual. No período após a ditadura, em especial no governo do professor Cardoso, após ter ficado claro que havia mesmo assim a persistência de uma auto-organização intelectual com prisma

crítico, passou-se a conter os investimentos na universidade, justamente para forçar uma organização social dos trabalhadores científicos apenas pela via do mercado.

Se mesmo no período em que, na ditadura, havia uma remuneração mais ou menos adequada ao trabalho intelectual, passaram a se desenvolver as fundações privadas (na USP, por exemplo), o estrangulamento salarial dos anos subsequentes significou um estímulo gigantesco à proliferação destas fundações<sup>4</sup>, que são na verdade os modos de *organização heterônoma* do trabalho coletivo intelectual pela perspectiva estrita da subordinação aos interesses do mercado e à lógica da acumulação.

O aviltamento de recursos públicos significa obviamente o resultado de uma política fiscal decorrente da inserção subalterna ao capital mundializado. Mas importa destacar que representa também uma contrariedade do poder público então vigente em relação à organização autônoma dos produtores intelectuais. Para o governo Cardoso a universidade implicou gastos indesejáveis, mas seria sobretudo uma instituição que ameaçou o seu modelo de sociedade, seu processo de socialização mercantil extrema. Assim “privatizar a universidade (era) sobretudo impor um modelo de produção que desfigura a crítica e a autonomia do trabalho dos acadêmicos convertidos em agentes de mercado e mercadores de si mesmos”.<sup>5</sup> A contenção de recursos constitui uma “política universitária”, tal como a injeção maciça de recursos também é uma “política universitária”.

Resulta disto que hoje em dia o montante total anual do orçamento para as mais de meia centena de instituições universitárias federais corresponde ao pagamento de um ponto percentual nos juros da dívida pública do país: cerca de R\$ 7 bilhões. É um pouco menos do que o orçamento da Universidade de Harvard, de cerca de US\$ 2,6 bilhões, conforme dados do seu portal.

Há uma política de privatização do trabalho intelectual por conta de uma contenção de recursos públicos destinados às universidades, à ciência e à tecnologia. A revitalização deste fomento público às universidades significará uma revitalização dos momentos contraditórios contidos na organização do trabalho intelectual. A universidade precisa ser apreendida neste movimento dinâmico, a sua contradição, e não ser reduzida a alvo estático, de produção mercantil. Não basta meramente trocar o sinal, se não houver a perspectiva da auto-organização autônoma do labor intelectual, científico e cultural sob mecanismos de controle público.

O desafio presente é apreender que a perspectiva polar, isto é, a perspectiva do trabalho crítico à perspectiva do capital, passa pelo fomento desta contradição no âmbito do trabalho coletivo intelectual, que é o âmbito por excelência da instituição universitária.

O caminho passa pela *valorização da contradição*, e não por uma imediatez na relação com a pers-

pectiva popular e do trabalho, assim reduzida a mero alvo idealista não ancorado material e socialmente num dinamismo efetivo.

Em suma: há duas perspectivas em pauta na reforma universitária. O papel referido pode ser, por exemplo, economicista, envolvendo por exemplo o incremento de índices de produtividade ou do número de matrículas. Ou então pode ser social e formativo, quando diz respeito à produção social orientada ao bem estar com equidade do conjunto da sociedade brasileira. Pode ser orga-

*Não é possível reverter este quadro grave de destruição da esfera pública, particularmente no que diz respeito ao sistema universitário e de ensino superior, sem contrariar fortes interesses estabelecidos. A privatização externa e interna da universidade quase se universalizou, de maneira que se exige algo como uma política de discriminação positiva*

nizado em termos estritos da mensuração dos produtos da ciência, da universidade e da cultura em termos mercantilizados; ou pode ser organizado de modo a submeter passo a passo o processo de produção social ao controle e à orientação dos envolvidos na sua produção social.

Pode ser orientado meramente para uma acúmulo de produtos finais aptos a confirmarem a acumulação econômica. Ou ser orientado inclusive à formação dos produtores, de modo que o processo, em vez de

escapar progressivamente ao controle dos envolvidos, se direcione ao contrário e faculte gradualmente uma participação social cada vez mais intensa e abrangente no próprio destino da produção acadêmica.

### **III. A universidade como paradigma de "espírito público"**

Estamos diante de uma chance extraordinária de esclarecer as políticas sociais que se postulam ao país, uma vez que a universidade, como visto anteriormente, representa de determinado modo uma dimensão social conflitante com a orientação estritamente economicista e produtivista que, até o momento, hegemoniza inclusive a opção macro-econômica do presente governo. Será que a opção macro-econômica contamina também a esfera pública crítica por excelência, a instituição universitária, como faz com as outras políticas sociais? Será que efetivamente estamos no seio de uma reconstrução quase

finalizada da sociedade brasileira, consumada a partir de uma opção macro-econômica conduzida agora à sua plenitude? Até que ponto expressa um fundo de verdade o chiste veiculado por economistas de que não precisamos da autonomia do Banco Central em relação ao governo, mas de *autonomia do governo em relação ao Banco Central*?

Estaremos colhendo pelo viço da edificação objetivada, seja a prova de que a mudança é plenamente *realizável já* (e não só "pos-



sível”, o que as eleições presidenciais afinal já provaram), seja de que a mudança é *impossível*.

Está em pauta aqui um exercício verdadeiramente acadêmico: não cabe meramente reprisar o que nos é exposto, mas sim procurar desvendar o contexto que, embora as tenha presidido, se encontra oculto na construção das políticas sociais oficiais.

A questão da reforma universitária é paradigmática no presente momento e constitui uma oportunidade inquestionável para implementar passos decisivos numa perspectiva popular crítica em relação à formação social vigente. Nesse plano impõe-se um posicionamento inequívoco para além do que seria uma transição indolor a partir do estabelecido, pois em função do anteriormente exposto há necessidade de uma *inversão de prioridades* com o conseqüente estabelecimento de um padrão público totalmente contrário ao padrão atualmente em vigor para o sistema universitário e de ensino superior como um todo. A situação existente é a objetivação de uma política universitária que precisa ser não apenas desfeita, mas invertida, para tornar a se objetivar socialmente num sistema universitário público.

No que se refere à universidade, houve concretamente nos últimos anos uma abrangente reconstrução conforme os moldes privados de uma micro-economia estritamente empresarial-lucrativa, de um sistema anteriormente orientado tanto em seus procedimentos produtivos coletivos, quanto em seus mecanismos decisórios e de controle, conforme padrões públicos.

Não é possível reverter este quadro grave de destruição da esfera pública, ocorrido no plano da educação em geral e particularmente no que diz respeito ao sistema universitário e de ensino superior, sem contrariar fortes interesses estabelecidos. A privatização externa e interna, tal como exposto, avançou de modo tal que quase se universalizou no sistema, de maneira que se exige algo como uma *política de discriminação positiva*. O público não resistirá mais por muito tempo abandonado a si próprio; demanda forte injeção de recursos para se manter frente à ação desagregadora das iniciativas moldadas na lógica privatizante dentro e fora dos *campi*.

Mas, para além de reforçar o sistema público estatal gratuito em nosso sentido anteriormente exposto, é preciso *ampliá-lo em direção à universalização*. Há que sinalizar concretamente, de modo inequívoco, que esta é a perspectiva educacional e universitária oficial a ser implementada para que sejam eficazes as políticas de inclusão social continuamente reafirmadas pelo atual governo. Afinal, no limite da universalização educacional pública gratuita em todos os níveis, as políticas de cotas — hoje tão necessárias — perderão totalmente sua razão de ser.

Com os recursos economizados no aumento da dívida pública mediante a diminuição de um ponto percentual na atual taxa de juros seria possível *duplicar* o atual sistema universitário e de ensino superior federal. Com menos de R\$ 1 bilhão todo o sistema poderia ser adequadamente mantido, o que significaria obter forte apoio de

toda a comunidade universitária pública, seja no sentido de uma orientação à expansão do sistema público gratuito (ensino noturno inclusive), seja no sentido da redefinição das políticas de fomento que, afinal, são conduzidas pelos próprios acadêmicos mas sob condições e critérios impostos pela lógica da privatização, que impõe os rumos às suas decisões.

O estabelecimento inequívoco de uma perspectiva pública para a universidade e o sistema de ensino superior tem como corolário que as universidades e escolas de ensino superior privadas representam, como aliás se verificou no ensino superior privado num passado nem tão remoto, um *sistema complementar* de ensino pago mas a ser realizado conforme o padrão público de formação e pesquisa, de relações de trabalho de docentes e pesquisadores, de mecanismos públicos colegiados de decisão e controle etc. Neste sentido existem universidades privadas regidas por padrões públicos na sociedade brasileira.

De outra parte, tal padrão público deve ser a referência evidente do próprio sistema estatal, onde este padrão deve ser exigido tanto quanto no sistema privado complementar. A fiscalização do regime de dedicação exclusiva à docência e à pesquisa, o controle mediante colegiados democráticos (universidade sem “patrão”), entre outras, são as medidas mais aptas a conter a privatização que se alastra com as fundações privadas no interior das universidades públicas.

As universidades privadas, neste sentido, seriam essencialmente

desprovidas de fins lucrativos, correspondendo a objetivos estritamente formativos que não se coadunam com a acumulação capitalista e dependem de um certo aporte de recursos públicos, pela via do fomento à pesquisa e do financiamento de bolsas de estudo. O ensino superior exige uma inserção do formando no âmbito de um processo de trabalho coletivo intelectual junto com os demais formandos e os formadores. Este contexto — já destacado anteriormente e que distingue a mera informação da formação — inviabiliza a lucratividade, tornando a universidade orientada pelo espírito público sempre inviável privadamente e sempre dependente de aportes públicos, como ocorre mesmo nos ícones americanos como Harvard, Yale, Princeton etc. Obviamente o poder público deverá desenvolver todas as atividades fiscalizadoras necessárias a esta perspectiva pública de ensino superior em instituições privadas complementares no sistema como um todo.

O estabelecimento claro de uma tal valorização da perspectiva pública depende de condições para sua viabilização: a publicidade no enfrentamento do debate da competência é a principal delas.

A privatização nos moldes verificados no longo período do governo anterior só pôde se impor objetivamente a partir de uma política deliberada para desacreditar o padrão público, implementada inclusive

por parte de um conjunto de docentes do próprio sistema público estatal, interessados em estabelecer plenamente a lógica privatista neste sistema, propícia à apropriação privada de seus produtos e de sua produção. Em face disto, há que combater a propagada falsa crença na eficiência privada.

A diferença efetiva entre universidade como instituição pública e como instituição privada está até mesmo na incapacidade desta última de se auto-reproduzir.<sup>6</sup> A auto-reprodução é prerrogativa da uni-

***A privatização nos moldes verificados no longo período do governo anterior só pôde se impor objetivamente a partir de uma política deliberada para desacreditar o padrão público, implementada inclusive por parte de um conjunto de docentes do próprio sistema público estatal, interessados em estabelecer plenamente a lógica privatista***

versidade pública, que forma seus próprios quadros reprodutores, sem expelir os gastos desta reprodução em sua contabilidade microeconômica. Esta contabilização é o procedimento fiscal adotado na lógica da acumulação privada, que contamina mesmo os critérios de produtividade intelectual, inviabilizando-os frente à inserção social efetiva. Nesta escala de sua inserção social efetiva, e não meramente empresarial, o sistema público efetivamente é mais barato

e mais eficiente. Recente pesquisa da UnB mostrou o real custo por aluno da rede federal. Além disto é sabido que a rede privada só se sustenta com financiamentos públicos na formação docente e no fomento da pesquisa. Por isto o ensino privado não é, por princípio, uma atividade rentável. Seria lucrativo apenas na medida em que a formação fosse convertida em mera prestação de um serviço educacional de qualidade discutível, exportando para o Estado os custos excedentes. Como na economia empresarial, o cálculo de rentabilidade da educação privada destinada ao lucro é feito expulsando uma grande parte dos custos para o Estado, como, por exemplo, a pós-graduação, as bolsas, os recursos bibliográficos, o intercâmbio internacional, o financiamento de pesquisa, o equipamento de laboratórios, a avaliação etc. No limite, como já se pretende no ensino médio privado paulista, apelar-

se-á à terceirização, a expulsão de grande parte dos custos sociais do trabalho intelectual para o Estado, e que constitui a antípoda da esfera pública nas relações de trabalho dos docentes. No serviço público em geral já se sabe que os mecanismos de avaliação deste trabalho terceirizado tornam-no, ao contrário do que se pensa, muito mais oneroso aos cofres públicos.

Esta eficiência pública, no entanto, não é uma questão trivial. Ela é permanentemente ofuscada

pelas manifestações da perspectiva fiscalista. Basta recordar recente iniciativa que, segundo veiculado na imprensa, teria conduzido à proposta governamental de ocupação de vagas que estariam “ociosas” na rede privada. A iniciativa teria se sustentado numa contabilidade segundo a qual este mecanismo seria menos oneroso do que a ampliação de vagas públicas estatais gratuitas. O raciocínio por si só já é estritamente de ordem econômico-fiscal, e assim avesso ao “espírito público” aqui defendido. Pois uma política educacional não poderia ser orientada prioritariamente pelos custos que representa, mas necessariamente pelos benefícios em qualidade formativa. No caso em pauta, na verdade tratar-se-ia de comparar o incomparável: vagas públicas comparadas com vagas oferecidas em moldes, em maior ou menor grau, medianamente públicos em pequena parcela da rede privada sem fins lucrativos, mas, principalmente, numa imensa escala de simulacros de vagas universitárias, abertas em qualquer quantidade para obter lucratividade na rede privada, que assim seria até legitimada em sua sanha acumuladora.

Se no primeiro caso, com alguma flexibilidade, seria ainda possível referir-se a uma “publicização” ou “estatização” de vagas, no segundo caso trata-se evidentemente de uma compra no sentido estrito do mercado, já que qualquer caráter público nestas instituições é totalmente questionável.

Além disto, pela perspectiva pública cabe ainda indagar nesta ini-

ciativa acerca do destino de todos os ocupantes de vagas não objeto desta política, a rigor verdadeiros “órfãos” frente aos mecanismos de mercado, pois desprovidos de qualquer controle público de mensalidades.

Ora: até mesmo adeptos fervorosos do “espírito privado” na rede pública criticam como sendo “aberrações” as universidades privadas com estritos fins lucrativos<sup>7</sup>. Foi uma iniciativa no governo do professor Cardoso que liberou estas universidades para o lucro. Haveria que se tomar agora uma iniciativa polar estritamente *contrária*, retomando os mecanismos de controle público sobre a totalmente liberalizada rede privada de ensino, inclusive com uma política para as mensalidades escolares em todos os níveis. Além disto, no plano deste controle público as universidades com fins estritamente lucrativos estariam doravante impossibilitadas de receberem recursos e financiamentos públicos, inclusive de bolsas de estudo e de financiamento do BNDES para construção de prédios, por exemplo, bem como isenções fiscais de qualquer ordem. Além disto, a absorção de professores pós-graduados mediante investimentos públicos, no sistema privado lucrativo, deveria ser ressarcida por algum mecanismo de fomento à formação de docentes.

A eficiência pública, no entanto, não se esgota nos fins imediatos do sistema universitário — sejam eles formativos, científicos, culturais. Ela se revela inclusive ao ficar claro que sob o prisma da esfera pública se impõe um controle so-

cial aos ditames da contabilidade empresarial micro-econômica estrita, que pela privatização infestou o próprio modo de produzir, seja formação, ciência e cultura, seja os produtores de formação, ciência e cultura, nas universidades públicas estatais e nas privadas. A função social das universidades deve ser estrategicamente orientada para além destes limites que a busca do proveito privado impõe, seja em instituições com perspectiva pública, seja nas entidades diretamente lucrativas, seja na privatização interna das instituições estatais, ou ainda no jogo de interesses de grupos intra ou inter-universitários.

Nesta medida a esfera pública seria reforçada pela implementação de um Conselho Estratégico de Desenvolvimento da Política Científica e Educacional, democraticamente composto. Caberia a ele subordinar o controle público sob participação popular à formulação das políticas públicas nacionais para a universidade, o ensino superior e o fomento à sua pesquisa e formação para além dos ditames impostos pela lógica política imediata.

## Notas

1. Afrânio Mendes Catani em recente artigo (*Revista USP*, 60, 2003/2004 - p. 52) referente aos setenta anos da universidade apresenta excelente contribuição para ilustrar este aspecto da formação de nosso sistema universitário.

2. O artigo de Franklin Leopoldo e Silva (*Revista USP*, 60, 2003/2004 - p.69) aborda de modo muito interessante esta tendência especificamente em relação à USP.

3. A respeito cabe consultar a *Proposta das Associações de Docentes e da Andes para a Universidade Brasileira*.

4. Quanto às fundações no âmbito das universidades estatais, é preciso destacar as notáveis investigações realizadas e publicadas pela Adusp.

5. *Revista Praga*, 6, 1998 - p. 157.

6. Ver a respeito “A universidade no processo de reprodução da sociedade brasileira”, revista *Universidade e Sociedade*, 27, 2002 - p. 69.

7. Por exemplo em artigo do professor Luis Carlos Bresser Pereira: “A miséria das universidades”, *Folha de S. Paulo*, 9/2/2004 - p. 3.